

## ARTIGO

### LITERATURA DE CORDEL: CONCEITOS, INTELLECTUAIS, ARQUIVOS

### CORDEL LITERATURE: CONCEPTS, INTELLECTUALS, ARCHIVES

ROSILENE ALVES DE MELO\*

#### RESUMO

Este artigo investiga a produção intelectual sobre a literatura de cordel e sua institucionalização como campo de estudos no Brasil. Analisa os conceitos mobilizados por duas matrizes intelectuais: os estudos folclóricos e as pesquisas acadêmicas. A partir da formação do Estado Nacional este gênero se tornou uma referência nos estudos da chamada “literatura popular” que passou a ter um papel estratégico na construção da identidade nacional. Este projeto político e cultural deu ensejo a estudos, recolhas de poemas e ações de preservação resultando numa vasta produção intelectual. Portanto, serão investigadas as correlações entre os conceitos, os estudos e as práticas monumentalização dos folhetos de cordel através da criação de arquivos e instituições de pesquisa.

**PALAVRAS-CHAVE:** literatura de cordel; história intelectual; historiografia

#### ABSTRACT

This article investigates the intellectual production on cordel literature and its institutionalization as a field of study in Brazil. It analyzes the concepts mobilized by two intellectual matrices: folk studies and academic research. It problematizes how, from the formation of the National State, the literature considered "popular" has a strategic role in the construction of the national identity. This political and cultural project gave rise to studies, collections of poems and preservation actions, resulting in a vast intellectual production. Therefore, we will investigate the correlations between the concepts, the studies and the practices monumentalization of the cordel leaflets through the creation of archives.

**KEYWORDS:** cordel literature; intellectual history; historiography

Este artigo tem como objetivo apontar alguns caminhos para as pesquisas acerca da literatura de cordel brasileira a partir da perspectiva da história intelectual.<sup>1</sup> Trata-se de um esforço para compreender a presença deste gênero literário no âmbito do pensamento social brasileiro. A literatura de cordel tem sido, desde as últimas décadas do século XIX, objeto de interesse de estudiosos dos mais diversos matizes: românticos, folcloristas, modernistas, regionalistas e cientistas. Além de distintos movimentos literários e intelectuais, literatura de cordel vem sendo tema de pesquisas acadêmicas em diferentes disciplinas: filologia, semiótica, comunicação, linguística, sociologia e antropologia. É possível afirmar que os conceitos e os debates em torno do cordel não estão circunscritos em um único campo de saber e possuem uma feição nitidamente interdisciplinar.

No entanto, por muitos anos os historiadores brasileiros passaram ao largo desse debate. Somente a partir da década de 1990 são apresentadas as primeiras dissertações e teses sobre a literatura de cordel por historiadores de ofício.<sup>2</sup> A análise destes trabalhos revela que essa produção privilegiou outras abordagens e não se debruçou sobre a literatura de cordel numa perspectiva historiográfica, pois estão ausentes preocupações sobre os conceitos que o cordel mobilizou ao longo do tempo, as redes intelectuais que se formaram em torno do estudo desta arte, bem como as instituições que se organizaram com vistas a sua preservação.

Portanto, este artigo pretende contribuir para ampliar a compreensão acerca da história intelectual brasileira ao investigar que práticas, escritos, instituições e arquivos estão relacionados em torno do interesse mútuo no estudo da poesia em versos. A partir da perspectiva da história dos

conceitos,<sup>3</sup> objetiva desnaturalizar o próprio conceito de literatura de cordel ao cartografar o percurso intelectual, os procedimentos de pesquisa e os textos que estabeleceram uma clivagem entre o cordel e os demais gêneros da literatura brasileira motivados por distintos projetos de saber. Em 2018, com o registro da Literatura de Cordel como patrimônio cultural do Brasil pelo Instituto do Patrimônio e Artístico Nacional (IPHAN)<sup>4</sup> esse debate acerca dos conceitos associados ao cordel adquirem novos contornos. Outro vocabulário e outros sentidos são atribuídos para esta prática cultural que é alçada à categoria de patrimônio, se torna um “bem” de todos os cidadãos brasileiros e passa a requerer sua inserção nas políticas públicas de preservação cultural.

Neste sentido, as reflexões trazidas à tona neste artigo se pretendem aprofundar esse debate através de uma análise temporalmente mais ampla e toma como ponto de partida a emergência de uma nova ordem social a partir do século XVIII que introduz o tema da língua e da literatura como elementos constitutivos na formação das nações modernas. O problema da relação entre literatura e sociedade se estende ao Brasil, especialmente após 1822, quando são realizados os primeiros estudos sobre a literatura brasileira e suas implicações na formação da identidade nacional. A emergência da cantoria como prática cultural e a formação de um sistema editorial próprio para a difusão da poesia em versos ocorreu ao tempo em que o conceito de folclore começa a mobilizar intelectuais brasileiros no início do século XX. Desde então a literatura considerada “popular” (criação coletiva e anônima transmitida através das gerações) aparece como objeto de interesse de diversos movimentos intelectuais e de instituições, quando são lançadas distintas perguntas a este repertório de textos.

## **A construção conceitual da poesia popular como expressão da alma da nação**

Na Europa, no momento as transformações econômicas e sociais advindas com o capitalismo e o Iluminismo ameaçavam solapar os costumes tradicionais de comunidades camponesas, o conceito de “cultura do povo” emerge para suscitar o apreço pelas tradições ameaçadas de desaparecimento. Intelectuais filiados ao Romantismo defendiam que a literatura nacional deveria ter como principal referência a criação literária anônima e transmitida pela oralidade. O movimento romântico, que emerge no cenário cultural germânico na segunda metade do século XVIII, se opõe francamente ao Classicismo e denuncia a ameaça do progresso civilizador que soterrava as tradições do mundo rural, natural, autêntico, primitivo e original. Na filosofia de Herder, a língua possui a propriedade de amalgamar a sociedade ao tornar possível a transmissão da cultura entre gerações e, assim, conferir unidade a uma nação.<sup>5</sup> Nesta perspectiva, a chamada “poesia da natureza” (criação espontânea dos camponeses) se opõe a “poesia da arte” (produção intelectual e racional de indivíduos letrados). A poesia da natureza seria a verdadeira expressão do “espírito do povo”, da “alma” da nação<sup>6</sup>. A recolha de canções, contos tradicionais, poemas e narrativas orais, realizadas pelos irmãos Grimm, se converte numa missão salvacionista. O aparecimento da palavra folclore em 1848, como sinônimo de “saber do povo”, pretende dar conta deste domínio particular relativo a um conjunto de saberes, crenças e formas de expressão caros à constituição das nações ao evidenciar a singularidade dos povos.

No Brasil este debate adquiriu, após 1822, uma importância crucial na formulação de diferentes categorias identitárias presentes no projeto de

construção do Estado Nacional. As elites intelectuais e suas instituições protagonizaram o debate sobre a gênese e a singularidade do Brasil enquanto Nação. A tarefa de identificar os elementos constituintes da identidade nacional se torna mais complexa uma vez que o caso brasileiro impunha dificuldades específicas no contexto de uma formação cultural marcada pela diversidade de povos, línguas, tradições e costumes. Conforme aponta Manuel Salgado Guimarães,<sup>7</sup> os vínculos com a Europa são ressaltados por intelectuais que se identificavam com o projeto iluminista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (1838), na esteira do pensamento de Francisco Adolfo Varnhagen, e que enxergavam na valorização da herança cultural portuguesa a possibilidade de integrar o Brasil ao conjunto das nações civilizadas do Velho Continente. De acordo com a análise de Antônio Cândido,<sup>8</sup> com a valorização da natureza e do índio o Romantismo brasileiro (1836) se colocou na contramão do projeto iluminista e se distanciou da Metrópole com vistas a ressaltar a singularidade geográfica, histórica, étnica e literária do Brasil. É em torno destas premissas que a produção literária brasileira se converteu em pano de fundo para o debate sobre distintos projetos de Nação.

Movidos por pressupostos distintos, intelectuais brasileiros se dedicam à tarefa de escrutinar a produção literária nacional e estabelecer uma relação entre passado e presente. A literatura passa a ser pensada como um dos principais elementos a conferir a amálgama necessária a uma sociedade esgarçada pela colonização e pela escravidão. A partir de 1870, quando as defesas da abolição e da república começam a pautar os debates e a produção intelectual, o investimento analítico se volta para o exame das fontes documentais que atestam a presença do povo, substituindo o ponto

de vista indianista por um olhar mais atento a figura do sertanejo e de sua produção literária. Para tanto, tem-se início a um procedimento de escrituração dos materiais provenientes da oralidade, convertidos em registros escritos.<sup>9</sup> A transcrição de poemas, contos e narrativas orais - com a indicação dos lugares em que circulavam e suas variantes, além da busca pela retirada do caráter anônimo destes materiais - se torna uma prática intelectual que objetiva conferir estatuto documental às criações literárias provenientes do povo.

Para Sílvio Romero, a “poesia popular revela o caráter dos povos”.<sup>10</sup> Partindo deste pressuposto o estudioso se lançou à tarefa de se dedicar a um programa de estudos bastante amplo que contemplava a investigação da música, do teatro, do conto, das orações, dos jogos e da literatura. Nos seus *Estudos sobre a poesia popular do Brasil*, Sílvio Romero objetiva realizar uma análise da poesia popular brasileira a partir do ponto de vista do evolucionismo - à maneira de Herbert Spencer - com vistas a explicar o “atraso” do Brasil em relação às nações modernas da Europa. Sílvio Romero registrou a difusão daquilo que denominou de “livretos de rua” e enumerou alguns dos folhetos mais conhecidos da época como “*A história da Donzela Teodora*” e o “*Romance da Imperatriz Porcina*”. Propagados nas principais cidades do império, nas portas dos teatros e nas estações de trens, além de muito lida no interior, para Sílvio Romero estes “livretos de rua” não teriam vida longa pois o aparecimento dos jornais que favoreceu a publicação da poesia e do folhetim substituiria a literatura popular.

Na obra *O nosso cancioneiro*, publicada em 1874, José de Alencar transcreve o poema *O Rabicho da Geralda*, recolhido das narrativas orais no Ceará para concluir que “é nas trovas populares que se sente mais viva a

alma de uma nação”.<sup>11</sup> Nesta obra José de Alencar se afasta do indianismo e busca na figura do sertanejo e do ambiente do sertão, onde as trovas pastoris e narrativas sobre o boi circulavam, uma aproximação com a figura do mestiço como representação da identidade nacional.

Sílvio Romero se opõe a perspectiva de José de Alencar que considera equivocada nos argumentos e no método de pesquisa. Romero acusa José de Alencar de ter dado um tratamento pouco cuidadoso às fontes e advoga uma análise mais objetiva da criação literária. Para o autor “o estudo da poesia popular há de ser feito sem preocupações à luz da ação do meio e do influxo das três raças que formaram a população ou ele sairá peço e sem resultado sério”.<sup>12</sup> A crítica de Sílvio Romero se dirige aos estudos realizados por outros intelectuais (Celso de Magalhães, José de Alencar, Couto de Magalhães, Carlos von Koseritz e José Antônio de Freitas) e considera que faltava a esses trabalhos a recolha direta da literatura oral.

No século XIX se multiplicam os registros da prática da cantoria, espetáculo em que os cantadores se desafiavam estabelecendo duelos musicais (pelejas) e em composições (*glosas*) produzidas a partir de um tema, de um assunto, chamado de mote. “Glosar” significa, portanto, desenvolver um verso e incluir o tema (mote) apresentado pelo público ou pelo adversário durante o desafio. A descrição da vida no sertão, as narrativas da figura mítica do boi, as festas, a religiosidade, as sátiras, as biografias e as aventuras amorosas dos vaqueiros eram, naquele momento, alguns dos temas mais frequentes.

As pelejas cantadas de improviso se tornaram uma prática cultural cada vez mais sofisticada (em face das normas e rituais que passam a cercar as apresentações dos cantadores) e popular. Ao final do século XIX se inicia

a produção de narrativas em verso com as características editoriais do folheto de cordel, adaptando para a narrativa em verso o repertório do romanceiro português. Por outro lado, os jornais também passam a acompanhar o interesse do público e as glosas em verso são reproduzidas amiúde nos periódicos.

A presença da poesia em versos nos periódicos das pequenas cidades e vilas no início do século XX contribuiu decisivamente para a formação de um público leitor para este gênero literário. O fim da interdição à impressão de livros 1822 havia favorecido as condições técnicas graças às quais os poetas conseguiram transpor as narrativas da oralidade para o suporte do livro. O acesso a máquinas impressoras – os chamados “prelos” – permitiu aos poetas se aventurarem na edição e na impressão dos folhetos e constituírem empresas, pequenas editoras, que imprimiam cadernos, orações, almanaques, livros de orações, jornais e folhetos.

Entre 1904 e 1930 existiam vinte editoras de folhetos, localizadas nas cidades da Parahyba (atual João Pessoa), Recife, Guarabira, Fortaleza, Maceió, Natal, Belém e Rio de Janeiro. Em 1909 João Martins de Athayde (1880-1959) se tornou o primeiro poeta a se converter em editor, quando se estabeleceu em Recife com uma editora que permaneceu no mercado até 1942. Além de João Martins de Athayde, os poetas Leandro Gomes de Barros (1865-1918), Francisco das Chagas Batista (1882-1930) formam a primeira geração de autores da literatura de cordel a viverem exclusivamente dessa atividade. A diminuição dos custos de produção dos folhetos e o crescimento das vendas, a possibilidade de distribuição através da malha ferroviária que se instalava no início do século XX viabilizaram a difusão desta literatura<sup>13</sup>. Indivíduos pobres, sem escolaridade, se tornavam poetas

e editores de prestígio social em suas comunidades. O sucesso comercial acirrou as disputas pelo mercado de folhetos e acusações mútuas de plágio entre os autores. Os folhetos publicados nas primeiras décadas do século XX trazem uma série de evidências das preocupações com a propriedade intelectual dos poemas – como o uso do retrato do autor na quarta capa dos folhetos - e atestam o desaparecimento do anonimato através da ênfase na autoria individual.

A consolidação da poesia em versos como gênero literário com um circuito próprio de produção e difusão – em que participam poetas, editoras e público – atraiu o interesse de intelectuais que realizaram importantes estudos no Brasil. Nas primeiras décadas do século XX, Rodrigues de Carvalho, Pereira da Costa, João Ribeiro, Leonardo Mota e Gustavo Barroso recolheram poemas, apresentaram a grafia, o vocabulário e as condições de vida dos poetas. A perspectiva folclórica influenciou a produção dessas investigações, marcadas pela defesa da inclusão da poesia em versos – cantada e escrita – como tradição a ser conhecida e preservada.

### **Modernistas, folcloristas, acadêmicos: a monumentalização e a institucionalização do cordel**

No século XX, a literatura em versos foi apropriada por diferentes projetos intelectuais que promovem a institucionalização dos estudos da literatura de cordel no Brasil. Estas iniciativas ocorreram na esteira da Semana de Arte Moderna de 1922, movimento promovido por artistas e intelectuais vinculados às elites industriais paulistanas. A intenção era usar os artefatos e expressões da cultura popular para construção de uma arte genuinamente nacional, rechaçando o formalismo acadêmico e buscando

referências nos movimentos das Vanguardas Artísticas Europeias do início do século XX.

Em 1929 Mário de Andrade recebeu do músico Heitor Villa-Lobos uma série de documentos relativos à música e a literatura provenientes de Minas Gerais, de Pernambuco e da Bahia. Este material foi obtido em viagem de campo financiada pelos mecenas Arnaldo Guinle e Carlos Guinle, tendo sido realizada pelos músicos Donga, Pixinguinha e João Pernambuco. Os documentos haviam sido entregues por Arnaldo Guinle ao músico Heitor Villa-Lobos para que pudesse elaborar uma antologia a partir da perspectiva folclórica. O projeto foi interrompido em razão de dissensões entre Arnaldo Guinle e Heitor Villa-Lobos; em 1929 o músico presenteou a documentação (527 obras) a Mário de Andrade e foram incorporados pelo folclorista para a redação de um dicionário de termos relativos a danças, gêneros musicais, instrumentos e provérbios que faria parte da obra *Na pancada do ganzá*. Mário de Andrade denominou este acervo de “Fundos Villa-Lobos”. Deste total, cerca de 300 documentos são relativos a literatura de cordel (cópias datilografadas de folhetos publicados nas duas primeiras décadas do século XX). Na oportunidade Mário de Andrade fez uma série de anotações nos documentos, apontando suas impressões pessoais acerca dos poemas, bem como cotejando informações acerca da autoria e das variantes publicadas em diferentes edições.<sup>14</sup>

De posse de uma coleção de folhetos, Mário de Andrade procedeu a classificação dos poemas e utilizou a terminologia dos “*ciclos*” para se referir as temáticas predominantes nas narrativas: os desafios e romances. É importante assinalar o recurso a duas práticas sociais fundamentais para a

compreensão da perspectiva folclórica que orientou seus estudos: o colecionamento e a classificação.

Em 1938 Mário de Andrade idealizou a Missão de Pesquisas Folclóricas com a finalidade de documentar os objetos e manifestações populares através de diversos suportes (vídeo, áudio, fotografias e cadernos de campo). No projeto intelectual da Missão de Pesquisas Folclóricas havia o desejo de registro da cultura popular numa dupla perspectiva: documentar as práticas culturais consideradas ameaçadas de extinção e fazer uso da estética popular como material para a criação de uma arte nacional. Com a Missão o registro e a sistematização documental da literatura de cordel assumem um caráter institucional e governamental com vistas a sua monumentalização.<sup>15</sup>

Em 1939 o lançamento do livro *Vaqueiros e cantadores* marca o início da atuação intelectual de Câmara Cascudo nos estudos da literatura de folhetos e os quinze anos dedicados à elaboração desta obra representam o esforço no sentido de consolidar Folclore enquanto ciência. Nesta obra, ao contrário de Mário de Andrade – com quem manteve uma estreita interlocução intelectual – os conceitos mobilizados por Câmara Cascudo são colocados à serviço de um projeto de construção da identidade nacional baseado no conceito de tradição. Neste sentido, o sertão se configura como espacialidade em que a herança feudal, ibérica, reativa à modernidade ainda estaria acessível, preservada no “Brasil nordestino”. O plano de estudos de Câmara Cascudo tem início, portanto, com a associação da poesia praticada no sertão a um conceito. Numa investigação que toma como ponto de partida as memórias da infância, a própria reminiscência para documentar as permanências do passado no presente, a definição capital é acionada em

*Vaqueiros e cantadores* aparece na apresentação da obra: “poesia tradicional sertaneja”.

Assim como Mário de Andrade havia proposto, Câmara Cascudo também elaborou uma classificação desta poética em dois “*ciclos temáticos*” distintos: o “ciclo do gado” e o “ciclo heroico dos cangaceiros”. Do ponto de vista das modalidades em que essa poesia se apresenta, Câmara Cascudo classificou a poesia sertaneja em “romances”, “pé-quebrado”, “A.B.C”, “Pelo-Sinais e Orações”. Quando se refere ao romance inclui os textos *História da Donzela Teodora, História da Princesa Magalona, Zezinho e Mariquinha, Príncipe e a Fada, Alonso e Marina, Capitão do Navio*; o folclorista afirma que a poesia tradicional sertaneja reproduz, em versos, os romances em prosa trazidos de Portugal pelos colonizadores. Ao estabelecer uma relação entre a literatura em versos praticada no Brasil e os romances portugueses, Câmara Cascudo afirma que “o romance é para todos os sertanejos, a expressão mais legítima e natural do que chamaríamos de literatura”.<sup>16</sup>

Nos anos seguintes à publicação de *Vaqueiros e Cantadores*, Câmara Cascudo enfatiza os vínculos desta literatura com a oralidade nas obras *Literatura Oral no Brasil* (1952) e estabelece uma classificação mais abrangente que contemplaria a literatura oral (contos, adivinhas, provérbios e desafio), popular (folhetos impressos) e tradicional (novelas de origem europeia impressas no Brasil a partir de 1840). Nesta perspectiva os folhetos tiveram na cantoria e na declamação as primeiras formas de expressão deste gênero, que posteriormente foi fixado no suporte impresso nos folhetos no início do século XX pela geração de João Melchíades Ferreira da Silva, Leandro Gomes de Barros, Francisco das Chagas Batista e João Martins de

Athayde. Ao publicar *Cinco Livros do Povo* (1953), Câmara Cascudo apresenta a necessidade de investigação dos folhetos enquanto

(...) legítimas expressões da Novelística brasileira por naturalização, com as características e permanências psicológicas de ação intelectual, justifica-se pela necessidade de situar ao alcance do estudioso da cultura coletiva no Brasil alguns elementos perfeitos e duráveis na alma do povo.<sup>17</sup>

Em suas análises acerca da literatura de folhetos, ao tomar o conceito de cultura como expressão da *alma do povo*, é possível perceber a filiação de Câmara Cascudo ao folclore como campo disciplinar. Em torno deste projeto intelectual e como representante de uma elite que perdeu o poder frente a um projeto nacionalista que se sobrepõe aos interesses locais, Câmara Cascudo fundou em 1941 a Sociedade Brasileira de Folclore, com sede na cidade de Natal, a partir da qual mobilizou dezenas de intelectuais – dentre os quais Mário de Andrade, Roger Bastide, Artur Ramos e Gustavo Barroso, com vistas a sistematizar institucionalmente as pesquisas acerca das expressões da cultura do povo.

Outra ação intelectual que se debruçou sobre a chamada literatura popular foi promovida no âmbito do que Rodolfo Vilhena conceituou como Movimento Folclórico Brasileiro (1947-1964).<sup>18</sup> Dentre as iniciativas desta ação intelectual merece destaque a criação da Comissão Nacional de Folclore, criada em 1947 por Renato de Almeida a partir da recomendação da UNESCO para que fossem criados organismos nacionais responsáveis pela documentação das práticas culturais ameaçadas de desaparecimento. As ações da Comissão Nacional de Folclore contaram com a participação de diversos agentes em torno de um projeto de saber que contribuiu de

maneira decisiva para a institucionalização da literatura de cordel como um campo de estudos no Brasil.

A Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro contribuiu para a formação de uma “base de dados sólida para o estudo sistemático do cordel”,<sup>19</sup> através de uma rede articulada de agentes mobilizados através das comissões regionais sediadas em diversos estados. Além de intelectuais, as pesquisas contaram com a participação ativa dos poetas Sebastião Nunes Batista, Rodolfo Coelho Cavalcante e José Alves Sobrinho que, além de fornecerem informações, recolheram folhetos para a constituição das coleções da Fundação Casa de Rui Barbosa e da Biblioteca Amadeu Amaral (Museu do Folclore), no Rio de Janeiro, e da Universidade Federal da Paraíba em Campina Grande (atual UFCG).

A partir da década de 1960 a Fundação Casa de Rui Barbosa, através do Centro de Pesquisas, traçou um projeto editorial acerca da literatura de cordel brasileira, tendo como base de pesquisa a reunião de coleções particulares de folhetos raros publicados nas primeiras décadas do século XX. Este acervo motivou o lançamento da coleção *Literatura Popular em Versos* em 1961,<sup>20</sup> que se estendeu até 1986 com a publicação de uma série de antologias, catálogos e estudos a partir dos quais se conferiu visibilidade ao conceito de literatura de cordel enquanto “poesia, popular e impressa”. A classificação proposta pela Fundação Casa de Rui Barbosa estabeleceu uma divisão entre a literatura folclórica (anônima e transmitida pela oralidade) e a literatura popular (impressa e marcada pela autoria).

A iniciativa da Fundação Casa de Rui Barbosa partiu do diretor de pesquisas Thiers Martins Moreira, um intelectual com formação política vinculada ao integralismo e atuação nos estudos de literatura portuguesa,

além dos escritores Manuel Cavalcanti Proença, Orígenes Lessa que já haviam realizado pesquisas de campo e já detinham coleções particulares de folhetos, tendo contado também com a participação do crítico Antônio Houaiss. A ênfase na dimensão impressa do folheto de cordel – em detrimento das linguagens oral e iconográfica (presentes nas capas) implicadas – marcou os rumos do projeto editorial da Fundação Casa de Rui Barbosa.<sup>21</sup> O projeto editorial incluiu a publicação do *Catálogo* (1961) contendo mil folhetos, de *antologias* (publicadas entre 1964 e 1980), além dos *estudos* (publicados entre 1973 e 1986) contendo prefácios e notas introdutórias. As *antologias* trouxeram a reprodução fac-similar de edições raras de autoria de Leandro Gomes de Barros e de Francisco das Chagas Batista. Neste sentido, havia a necessidade de um intenso trabalho de mobilização de agentes intelectuais e de acervos, “daí a necessidade da pesquisa comparativa, da pesquisa erudita, para estabelecer a verdadeira autoria, pesquisa que só fazia sentido para a cultura letrada e não necessariamente no próprio universo da cantoria.”<sup>22</sup>

Na esteira destas iniciativas diversos arquivos públicos, fundações, centros de documentações e instituições foram criados a fim de reunir acervos e pesquisas que remetem ao desejo de preservação e proteção da literatura de cordel no Brasil e no exterior.<sup>23</sup> Em 1977 a Universidade Federal da Paraíba criou, em João Pessoa, o Programa de Pesquisa em Literatura Popular (PPLP), vinculado ao Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas que resultou na criação de um acervo de literatura de cordel ainda em funcionamento na Biblioteca Central da UFPB. Ainda em João Pessoa foi criado em 1980 um acervo de literatura de cordel no âmbito da Fundação Casa de José Américo. A necessidade de colecionamento da

literatura de cordel motivou Gilberto Freyre a criar no Museu do Homem do Nordeste, em Recife, uma coleção de folhetos que integra atualmente o arquivo da Fundação Joaquim Nabuco (FUNDAJ). Em Campina Grande, o professor Átila Almeida e o poeta José Alves Sobrinho deram início a duas coleções distintas de folhetos raros, obtidos em pesquisa de campo realizada pelo cantador José Alves Sobrinho e que passaram para a guarda da Universidade Estadual da Paraíba e de Universidade Federal da Paraíba, em Campina Grande (atual UFCG).

A prática do colecionamento aponta para os usos individuais e coletivos de objetos materiais. Além de desempenharem funções práticas, os objetos atendem a funções econômicas, rituais, museológicas, patrimoniais e simbólicas, ao estabelecer formas de constituição de subjetividades. Neste sentido, é necessário refletir sobre os processos implicados nos trânsitos destes folhetos entre diferentes circuitos de produção e consumo, quando deslocados da fruição dos leitores para as coleções particulares e daí para o contexto institucional onde são reclassificados a partir de outras categorias, possibilitando a instauração de outros usos, a configuração de outras séries discursivas e a elaboração de outros conceitos. Assim, é necessário perceber, como assinala Durval Muniz de Albuquerque Júnior:

A fabricação do folclore e da cultura popular passa, portanto, não apenas por um processo de apropriação simbólica das matérias e formas de expressão das camadas populares por uma elite letrada, pelos folcloristas e estudiosos da cultura popular, quase todos vinculados às elites políticas dominantes nos Estados, mas passa também pela apropriação literal, material, econômica destas produções populares e seu arquivamento, seu entesouramento, sua monumentalização em locais e instituições

representativas desta cultura letrada e destas elites políticas e sociais, sob o pretexto de salvá-las do desaparecimento.<sup>24</sup>

Além das iniciativas citadas anteriormente, o longo da década de 1960 ocorre uma inflexão importante nos debates sobre o papel da literatura de cordel bem como de outras formas de expressão artística e cultural, em razão da entrada em cena de outras categorias conceituais. Fundamental na mudança de perspectiva de análise da literatura de cordel, o conceito de “cultura popular” passa a figurar como ponto de partida para emergência de novos estudos sobre o cordel que se afastam significativamente dos estudos folclóricos. Estas investigações situam o cordel em outro território e no epicentro de um debate que se desloca cada vez mais da esfera exclusivamente cultural para o plano da política. Na esteira desse debate ocorre uma reflexão sobre o papel dos intelectuais na vida pública, evocando um maior engajamento de estudiosos com a ação política com vistas a contribuir para a transformação da realidade social.

### **As ciências sociais e crítica à perspectiva folclórica**

A gestação de uma nova perspectiva de análise perante a cultura brasileira e sobre a atuação de grupos de intelectuais e artistas que advém da recepção do marxismo no Brasil, especialmente a partir da década de 1960. Além da produção acadêmica, o debate sobre a inserção do Brasil na formação do capitalismo e sobre o sentido da revolução no Brasil produziu diversas interpretações. Além do debate acadêmico, o marxismo influenciou a produção cultural em diversos movimentos artísticos, em particular no Cinema Novo, no Tropicalismo e no Grupo Opinião. No

entanto, cabe analisar com mais atenção as reflexões promovidas no interior do movimento estudantil, especialmente no Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), que introduziu um novo vocabulário e novos sentidos ao estudo da cultura brasileira e, em particular, aos estudos sobre o cordel.

Em 1963 a Editora Universitária da UNE publicou o livro *Cultura Posta em Questão*, que sistematiza as posições estético-políticas do Centro Popular de Cultura. O poeta Ferreira Gullar contribuiu de maneira bastante expressiva nesta publicação para uma nova formulação conceitual do debate sobre os conceitos de cultura, povo, nação, bem como do lugar ocupado pela literatura de cordel neste contexto. Em *Cultura Posta em Questão* a primeira frente de atuação é sinalizar o aparecimento de um conceito novo: a noção de cultura popular. Trata-se de introduzir um elemento ausente nas interpretações anteriores, como por exemplo no sentido atribuído pelos modernistas ao termo, que modifica não só o sentido semântico da expressão, mas fundamentalmente seu significado político. A noção de cultura popular introduzida pelo CPC procura denunciar os conceitos anteriores ao introduzir como um dado novo o conceito de classe. De acordo com Ferreira Gullar:

O que define a cultura popular, no sentido que apreciamos aqui, é a consciência de que a cultura tanto pode ser instrumento de conservação como de transformação social. E é essa visão desmistificada dos valores culturais que, naturalmente, leva o intelectual a agir, em primeira etapa, sobre seus próprios instrumentos de expressão para, através deles, contribuir na transformação geral da sociedade.<sup>25</sup>

O conceito de cultura popular, nos termos colocados pelo CPC, aponta para a crítica a figura do intelectual como alguém que se encontra

numa posição de superioridade e de distanciamento dos problemas concretos da sociedade. O texto defende a responsabilização e o comprometimento do intelectual com a superação dos problemas sociais e com a transformação da sociedade, convocando especialmente os jovens intelectuais a fazerem o trabalho de revisão das próprias perspectivas de análise e assumir o engajamento com a ação política como dimensão imprescindível do próprio trabalho. A noção de cultura popular propõe, ainda, a crítica do “juízo estético puro”: significa analisar as expressões artísticas na sua relação com a condição de vida de seus produtores, ou seja, compreender as diversas formas de expressão artística a partir do caráter histórico e social implicados. Esta inflexão pressupõe compreender a formação social brasileira no contexto da dominação imperialista e como estes condicionantes históricos interferem, diretamente, na produção cultural dos trabalhadores da cidade e do campo. Cabe analisar, também, a produção cultural dentro da correlação de forças que atuam sobre o mercado dos bens culturais numa sociedade de classes. Neste sentido é possível concluir que novos problemas são postos: as condições de produção dos bens culturais, a linguagem que utilizam, o comprometimento da obra com a transformação da realidade social e o tratamento que as obras de natureza artística conferem aos problemas sociais colaborando para a superação da pobreza e do analfabetismo.

Estas formulações promoveram mudanças profundas nos estudos sobre a literatura de cordel nos anos seguintes. Estas investigações devem ser analisadas, sobretudo, a partir dos embates intelectuais e institucionais acirrados durante a ditadura militar e a formação de uma nova geração de intelectuais vinculados às universidades, sintonizados com a interpretação

da cultura brasileira promovida no interior da UNE e pelos outros movimentos artísticos e sociais que pretendiam transformar a realidade social do país.

Além disto, estas mudanças conceituais ocorrem ao lado do fortalecimento da pós-graduação no Brasil a partir da década de 1970, especialmente as pesquisas nos campos da sociologia e antropologia, e estabelecem um distanciamento crítico em relação aos estudos folclóricos. O folclore não conseguiu obter inserção nas instituições universitárias. Ausente nos currículos dos cursos da área de ciências humanas e rechaçado por estudantes de pós-graduação em formação naquele momento, os estudos folclóricos se mantiveram para além dos muros das universidades graças à atuação dos folcloristas nas comissões estaduais de folclore. Em 1976 a Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro foi incorporada à Fundação Nacional de Arte e os estudos folclóricos são mobilizados por intelectuais que se distanciam cada vez mais dos estudos e pesquisas desenvolvidos no interior das universidades. O uso do folclore com vistas a promover a valorização do civismo, o amor à pátria e as tradições nas escolas, durante a ditadura, instaura cada vez mais clivagens entre os estudos folclóricos e as pesquisas acadêmicas.

É neste momento que se tornam mais claras as diferenças nos estudos sobre a literatura de cordel promovidos pelos folcloristas e pelos pesquisadores com formação universitária. A partir da década de 1970 são realizadas as primeiras dissertações e teses que partem da análise da literatura de cordel para problematizar o papel da cultura popular na formação da consciência de classe com vistas a transformação da realidade social e não mais na construção de uma identidade nacional. Dos diversos

estudos apresentados naquele momento, três investigações trouxeram novas abordagens sobre a literatura de cordel no Brasil ao situar o universo cultural da poesia em versos a partir do ponto de vista histórico, sociológico e antropológico. Neste sentido, três trabalhos acadêmicos apresentados entre 1978 e 1979 problematizaram o significado político da literatura de cordel. Estes estudos trouxeram novos aportes teóricos para a compreensão do processo de produção dos folhetos e exame da formação cultural dos poetas e do público.

Em 1968 a Universidade de São Paulo adquiriu todo o acervo pessoal de Mário de Andrade (biblioteca, documentos, correspondência, objetos, coleções de artes) que passou a integrar o arquivo do Instituto de Estudos Brasileiros. Dentre a vasta quantidade de documentos adquiridos pela USP, o arquivo do IEB passou a contar com o Fundo Villa-Lobos bem como a coleção de literatura de cordel do próprio Mário de Andrade, que constituem o início de um acervo específico de literatura de cordel adquirido pelo IEB ao longo de cinco décadas e atualizado até o presente.<sup>26</sup> No período entre 1971 e 1972 a socióloga Ruth Brito Lemos Terra realizou fichamento e estudo descritivo do Fundo Villa Lobos, pertencentes ao IEB/USP.<sup>27</sup> O contato de Ruth Terra com a literatura de cordel havia ocorrido em 1964, na cidade de Salvador, quando trabalhou como assistente de iluminação na peça *O Cancioneiro Popular Nordestino*, encenada no teatro Vila Velha. Durante a graduação Ruth Terra assistiu a um curso sobre o cangaço ministrado por Manuel Cavalcanti Proença na Faculdade de Filosofia da USP. Em 1972 a pesquisadora ingressou no Mestrado em Teoria Literária e Literatura Comparada da USP com a proposta de investigação sobre a literatura de cordel em que aliou a pesquisa no acervo

de folhetos do IEB/USP com a pesquisa de campo no Nordeste em que adquiriu folhetos e entrevistou poetas, além de consulta aos acervos da Fundação Casa de Rui Barbosa, Discoteca Pública de São Paulo e Biblioteca Nacional. O trabalho de Ruth Terra resultou na dissertação *Memórias de lutas: primórdios da literatura de folhetos no Nordeste (1893-1930)*,<sup>28</sup> sob orientação de Walnice Nogueira Galvão.

O trabalho *Memória de lutas* se concentra, como o próprio título sugere, no período de formação da literatura de folhetos no sertão e na zona da mata açucareira. O sistema editorial que se constitui em torno da literatura de cordel se organizou num momento de profundas transformações econômicas e sociais após o fim da escravidão e a formação de um campesinato livre, porém fragilizado socialmente. A decadência dos engenhos, a instalação das usinas e o aumento da concentração fundiária, a introdução da cultura algodoeira para exportação, a decadência da agricultura de subsistência, a introdução de novas relações de trabalho no campo e as secas trouxeram dificuldades aos pequenos agricultores. O aumento da carga de impostos foi outro fator a contribuir para a queda do nível de vida da população e o aumento da pobreza na zona da mata e no sertão. A crise econômica adquire contornos dramáticos durante a seca de 1877-79 e as epidemias que sucederam, acarretando a migração para a Amazônia, o vazio demográfico a diminuição do poder político dos coronéis. É neste período, de profunda crise econômica e social, que a literatura de cordel começa a ser produzida, de acordo com Ruth Terra, por “homens pobres atentos àquela realidade, que repercutirá na temática dos folhetos então produzidos”.<sup>29</sup>

No estudo a autora analisa um conjunto de trezentos folhetos, publicados entre 1904 e 1930, concentrando a análise sobre os poemas que se referem à vida social do período, com ênfase nos folhetos sobre o cangaço, as salvações do Norte, a Primeira Guerra Mundial e a sedição de Juazeiro do Norte.

Para Ruth Terra esses folhetos acabaram se constituindo numa crônica desses acontecimentos. Neste sentido, a violência é o aspecto que ressalta neste repertório: a violência está presente nas relações pessoais, mas sobretudo nas relações sociais e políticas do Nordeste durante a Primeira República. A coragem pessoal é sancionada socialmente, estimulada e considerada socialmente legítima. Para a autora, esses poemas formam um “grande texto” que reproduz uma série de valores morais e sociais: senso de justiça, valentia, honra, lealdade, atravessados por um profundo senso de liberdade. Os poetas expressam diversos pontos de vista sobre os acontecimentos e não seria possível extrair uma lógica pura, unívoca, nos folhetos. Trata-se de um repertório marcado pela multiplicidade de vozes em que estão presentes tanto o discurso dos dominantes quanto dos dominados, posto que os folhetos expressam simbolicamente as memórias dos embates e das lutas sociais.

Em que pese a morte prematura, o trabalho de Ruth Terra abriu novos caminhos de análise da literatura de cordel, marcado por uma compreensão sociológica acerca deste *corpus*, enfocando os significados políticos dos folhetos no momento de sua produção, quando a análise do cordel passa a ser realizada a partir de sua historicidade.

A segunda contribuição foi realizada em 1978 por Antônio Augusto Arantes na tese *O trabalho e a fala: estudo antropológico sobre os folhetos de cordel*,<sup>30</sup>

apresentada no King's College, em Cambridge. Este estudo é marcado por um deslocamento em relação à perspectiva de análise da literatura de cordel realizado pelos folcloristas com vistas a realização de uma análise estrutural do cordel, de seus autores e do público. Antônio Augusto Arantes parte da premissa de que os folhetos não devem ser tomados em si mesmos como objetos de análise, posto que são “veículos de representações coletivas e produtos de uma atividade social determinada”.<sup>31</sup> O interesse recai sobre o Nordeste brasileiro, mais precisamente sobre o quadro social em que se encontram autores e leitores inseridos numa determinada estrutura social. A tese se afasta de duas perspectivas de análise presentes na vasta bibliografia sobre o cordel: a perspectiva folclórica (na qual o autor inclui os trabalhos de Câmara Cascudo), na qual os folhetos são analisados a partir do ponto de vista filológico; e a perspectiva sociológica, em que o cordel é concebido enquanto expressão da ideologia dos autores e do público (presente nas obras de Orígenes Lessa, Renato Carneiro Campos). Para Antônio Augusto Arantes, a questão mais importante a ser problematizada era a significação política dos folhetos.<sup>32</sup>

O interesse de Antônio Augusto Arantes é recuperar o sentido dos folhetos enquanto tradição poética. Para o autor os poemas integram um sistema simbólico e veiculam metáforas sobre a vida social dos poetas e do público. A literatura de cordel aponta para questões estruturais da sociedade, atuando num nível lógico com vistas a mediar os termos dos conflitos de classe presentes na agricultura do Nordeste brasileiro. No entanto, os folhetos não são definidos pelo autor como uma literatura harmônica, coesa. Ao contrário, os poemas expressam visões dissonantes, diversos pontos de vista acerca da realidade social.

Tomando como perspectiva de análise a antropologia estrutural, tal como proposto por Lévi-Strauss, Antônio Augusto Arantes analisa um conjunto de folhetos classificados pelos próprios poetas como “folhetos de valentia”. Nestes poemas são tematizadas as relações de trabalho e de poder presentes tanto na lavoura canavieira quanto na agricultura de subsistência. Na análise dos folhetos sobressai a constatação de que somente por meio de um pacto com o proprietário o pequeno agricultor poderá ter acesso a terra. Nos folhetos os poetas recriam situações e enredos com vistas a representar as contradições estruturais da sociedade em que vivem. Estas representações são partilhadas pelos poetas e pelo público.

Os folhetos refletem as próprias contradições vividas pelos poetas e pelos grupos em que estão inseridos. Os textos expressam os limites presentes nesta produção poética, constrangida pela censura, pelos impostos cobrados aos poetas nas feiras e pelas interferências de políticos, empresários e do Estado, através da contratação de poemas sob encomenda para efeito de propaganda. Por meio do recurso a metáforas e metonímias, os poetas introduzem jogos de palavras para enfrentarem as restrições impostas aos folhetos, apontando para o não dito e expressando as ideias por meias palavras. Para Antônio Augusto Arantes os “folhetos de valentia” apresentam múltiplas mensagens, diversos pontos de vista e contradições estruturais da sociedade. Os personagens denunciam a opressão e a exploração nos engenhos de cana e, ao mesmo tempo, selam compromissos com os proprietários de terra: o casamento entre o personagem identificado como herói na trama e a filha do proprietário de terra põe a termo o conflito de classes.

Ao final da tese Antônio Augusto Arantes afirma que a superação deste impasse somente seria possível graças a duas condições. A primeira condição se refere a participação dos poetas no processo social que lhes possibilitaria a formação de uma consciência de classe. A segunda condição diz respeito ao fim das limitações à livre expressão desta consciência. Neste sentido, o momento político do país após 1964 impediu a emergência de um pensamento mais crítico e radical entre os poetas. O autor conclui o estudo registrando o desaparecimento de folhetos publicados antes de 1964 em que vozes dissonantes começavam a se fazer presentes na literatura de cordel.

O terceiro estudo que marca a inflexão universitária na análise do cordel foi apresentado em 1979 no Mestrado de Ciência Política da Universidade de São Paulo por Mauro William Barbosa de Almeida. A dissertação *Folhetos: a literatura de cordel no Nordeste brasileiro*<sup>33</sup> problematiza como o folheto de cordel se inseria na realidade brasileira a partir da década de 1960. Mauro William Barbosa constatou que ao final da década de 1960 a literatura de folhetos passava por um momento crítico motivado por dois fatores. O fator econômico se referia a diminuição do poder de compra dos camponeses, o aumento dos preços dos folhetos em razão do encarecimento do papel e o fechamento de editoras importantes, a exemplo das folhetaria do poeta João José da Silva, da folhetaria Estrela da Poesia, de Manoel Camilo dos Santos e da tipografia Graça de Fátima, do poeta Joaquim Batista de Sena. Na esfera política, após o golpe de 1964 muitos poetas foram perseguidos e tiveram seus folhetos destruídos pela polícia, o medo retraiu a produção poética de diversos autores. Naquele momento alguns intelectuais anunciariam a “morte do cordel”, como é possível

constatar na série de artigos publicados nos jornais de grande circulação do país.<sup>34</sup> Esta crise somente se arrefeceria parcialmente na década seguinte, com a retomada da produção dos folhetos e com uma maior visibilidade do cordel enquanto produto cultural.

Mauro William Barbosa toma como ponto de partida o diálogo com as primeiras análises que considera “eruditas” sobre o cordel, situadas na década de 1950. O primeiro estudo a partir de uma visão erudita foi produzido por Orígenes Lessa em 1955<sup>35</sup> por para quem a literatura de cordel deveria ser conceituada como uma rica literatura produzida por sujeitos analfabetos que se dirigiam a operários e camponeses. Orígenes Lessa entende o cordel como uma literatura do povo e para o povo. A segunda análise sublinhada foi realizada em 1959 por Renato Carneiro Campos. A obra *Ideologia dos poetas populares* foi produzida para a Fundação Joaquim Nabuco a pedido de Gilberto Freyre. Nesta pesquisa Renato Carneiro Campos analisa um conjunto de folhetos denominados pelos poetas de “histórias de valentia”. Para Campos esses poemas evidenciam as estratégias do sertanejo pobre para ascender socialmente.

Este *corpus* apresenta um único enredo: o personagem central - o sertanejo “valente” - ao pedir abrigo numa fazenda se envolve amorosamente com a filha do coronel, quando se instaura o conflito entre o sertanejo e o patrão. Através do casamento com a filha do coronel o personagem central desafia o patrão e consegue assumir o lugar do dono da terra, tornando-se fazendeiro. Para Renato Carneiro Campos estes folhetos ressaltam unicamente as características individuais dos personagens que ascendem socialmente após travarem um duelo familiar com o coronel. Portanto, este repertório demonstraria que os poetas seriam desprovidos

de ideologia política. De acordo com esta perspectiva o conflito de classes não se resolve na esfera da luta política, mas por meio de uma aliança construída através da paixão, do amor romântico. Renato Carneiro Campos conclui que a literatura de cordel transpõe para o ambiente rural do Nordeste as narrativas medievais. Para o autor a literatura de cordel possui um conteúdo moral positivo que poderia ser utilizado de maneira estratégica na educação de adultos, cumprindo uma função pedagógica para inserir no trabalhador rural as noções modernas de higiene e frear o êxodo rural, ao valorizar as tradições da sociedade camponesa.

Em contraposição à perspectiva de Renato Carneiro Campos, endossada por Gilberto Freyre no prefácio do livro *Ideologia dos poetas populares*, Mauro William Barbosa afirma que os poetas não são indiferentes à política pois compartilham com os camponeses as mesmas visões de mundo. Para contribuir com esta argumentação, Mauro William Barbosa recupera a análise da literatura de cordel realizada em 1962 pelo líder das ligas camponesas Francisco Julião, publicada no livro *Que são as ligas camponesas?* Nesta publicação Francisco Julião apresenta um capítulo em que afirma que o cordel apresenta o ponto de vista do camponês sobre o mundo, sendo indispensável compreender que o camponês possui uma filosofia particular, distinta da visão de mundo do operário urbano. A compreensão da filosofia camponesa requer aceitar o misticismo e o imediatismo como características intrínsecas ao camponês e utilizar estrategicamente essa filosofia para conquistar a adesão do trabalhador do campo para a luta política. Para Francisco Julião o cordel faz parte de um conjunto de símbolos tradicionais que deveriam ser analisados a partir da eficácia que possuem, ou seja, ao apresentarem sistematicamente a luta do

fraco contra o forte os folhetos se convertem num importante instrumento de proselitismo político. É necessário, portanto, perceber a eficácia simbólica da literatura de cordel em sua capacidade de mobilizar a consciência camponesa.

Neste sentido, Mauro William Barbosa conclui sua análise ao chamar atenção para o cordel como um processo de reprodução cultural atravessado por conflitos e afetado pelas diversas forças sociais que dizem respeito diretamente a visão de mundo camponesa. O autor lança mão das contribuições de Antônio Gramsci para explicar que a atuação dos poetas como intelectuais orgânicos do campesinato não deveria ser menosprezada. A consciência camponesa deveria ser tratada como um solo, um mosaico de diversas visões de mundo em jogo onde o folheto possui um papel importante ao trazer à tona o conflito social, mesmo que de maneira simbólica, através da linguagem popular.

Portanto, a imersão de intelectuais com formação universitária trouxeram novas interpretações sobre o papel da literatura de cordel na sociedade brasileira, quando os debates se colocam na clava da polarização política, dividindo análises em dois pontos de partida distintos: o primeiro considera o cordel enquanto expressão de uma ideologia conformista e o segundo enxerga o conjunto de folhetos como uma expressão poética capaz de suscitar nos autores e no público uma consciência dos problemas sociais e, assim, contribuir para a transformação social.

O que se observa entre as décadas de 1970 e 1980 é um interesse cada vez maior das instituições universitárias no colecionamento, arquivamento e no investimento em pesquisas interdisciplinares.<sup>36</sup> Ao mesmo tempo torna-se mais explícito o confronto teórico entre os estudos folclóricos e as

pesquisas realizadas no interior das universidades. Neste sentido, é necessário refletir como a institucionalização das ciências sociais, especialmente com o fortalecimento da pós-graduação nos anos 1970, trouxeram novas questões para a compreensão da literatura de cordel como parte de um debate mais amplo acerca dos limites, entraves e possibilidades da revolução brasileira. A produção acadêmica em curso naquele momento travou uma disputa com a abordagem considerada por Florestan Fernandes “pré-científica” dos folcloristas.<sup>37</sup>

Na perspectiva de longa duração é possível observar como a literatura de cordel foi associada a projetos intelectuais e políticos distintos, desde a perspectiva romântica do século XIX que atribuiu uma simpatia complacente com tudo aquilo que proviesse do povo até as várias formulações do século XX em que o cordel é realçado como expressão da resistência saudosista à modernidade e como resistência à cultura dominante. Ademais, ao ser apropriado por grupos sociais com projetos estéticos distintos - Movimento Armorial, Cinema Novo, Centro Popular de Cultura, Teatro Opinião, Movimento de Cultura Popular – o cordel esteve emblematicamente no centro das disputas políticas e intelectuais travadas no Brasil.<sup>38</sup>

## Notas

---

\*Professora da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG). Doutora em Antropologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-Doutoranda pelo Instituto de Estudos Brasileiros da Universidade de São Paulo (IEB/USP) com a pesquisa “Literatura de Cordel: historiografia, práticas, arquivos”, sob orientação do Dr. Paulo Teixeira Iumatti. Bolsista do Programa Pós-Doutorado Júnior do CNPq. E-mail: [rosileneamelo@gmail.com](mailto:rosileneamelo@gmail.com). ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-6675-8741>.

---

<sup>1</sup> Ângela de Castro Gomes e Patrícia Santos Hansen nos apontam situam nas últimas décadas do século XX a constituição da história intelectual como campo de estudos. A história cultural e a história política, assim como a história do tempo presente, trouxeram para o centro dos debates a reflexão sobre a historicidade da história dos intelectuais em que esta figura “como sujeito pensante e agente, ganha centralidade e concretude”. GOMES, Â. de C.; HANSEN, P. S. Apresentação. In: **Intelectuais mediadores**. Práticas culturais e ação política. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016, p. 12.

<sup>2</sup> Após levantamento realizado no Catálogo de Teses e Dissertações da CAPES, do total de 503 trabalhos relacionados com a expressão “literatura de cordel” apenas 37 foram apresentados em programas de pós-graduação em História.

<sup>3</sup> KOSELLECK, R. Uma história dos conceitos: problemas teóricos e práticos. **Estudos Históricos**, vol. 5, n. 10, 1992, pp. 134-146.

<sup>4</sup> Em 2010 a Academia Brasileira de Literatura de Cordel (ABLCL) ingressou junto ao IPHAN com um pedido de reconhecimento da literatura de cordel como patrimônio cultural do Brasil. A solicitação foi aceita e a partir de 2012 foi realizada pesquisa de campo situada nas regiões Norte, Nordeste e Sudeste do país onde se concentra a maior parte dos poetas, editoras e pontos de comercialização, bem como espaços de referência para a memória dos detentores. A patrimonialização da literatura de cordel foi o resultado de um longo processo que envolveu diversos agentes – poetas e suas entidades representativas, intelectuais, instituições de pesquisa e o próprio IPHAN. Foram realizadas 140 entrevistas e aproximadamente 280 horas de gravação de depoimentos. O inventário foi concluído em 2018 com a apresentação de em dois produtos distintos: o Dossiê de Registro e um filme documentário de 26 minutos. BRASIL. Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional - IPHAN. Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular – CNFCP. Dossiê de Registro. Brasília: IPHAN, 2018. LITERATURA de cordel. Produção: Cariry Filmes. Fortaleza: Cariry Filmes, 2018.

<sup>5</sup> Sobre o Romantismo e os estudos folclóricos ver, respectivamente: DUARTE, L. F. D. A pulsão romântica e as Ciências Humanas no Ocidente. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, vol. 19, n. 55, pp. 5-19.

ORTIZ, R. **Românticos e folcloristas**. São Paulo: Olho d'Água, s.d.

<sup>6</sup> MATOS, C. N. de. Cultura popular e literatura nacional. Os inícios das pesquisas folclóricas no Brasil e a contribuição de Sívio Romero. **Revista do IPHAN**, n° 28, Brasília: IPHAN, 1999. pp. 14-39.

<sup>7</sup> GUIMARÃES, M. L. S. Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional. **Estudos Históricos**, n° 1, Rio de Janeiro, 1988, pp. 5-27.

<sup>8</sup> CÂNDIDO, A. **O Romantismo no Brasil**. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP, 2004. [2ª Ed.].

---

<sup>9</sup> O historiador Durval Muniz de Albuquerque Júnior, ao analisar os estudos folclóricos no Brasil, chama atenção para a escrituração como uma das práticas de privilegiadas pelos folcloristas nas investigações sobre a cultura popular. ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de “**O morto vestido para um ato inaugural**”: procedimentos e práticas dos estudos de folclore. São Paulo: Intermeios, 2013.

<sup>10</sup> ROMERO, S. **Estudos sobre a poesia popular do Brasil**. 2. ed. Petrópolis; Aracaju: Vozes; Governo do Estado de Sergipe, 1977, p. 37.

<sup>11</sup> ALENCAR, J. de. **O nosso cancionero**. Campinas: Pontes Editores, 1994. [2ª Ed.] p. 19.

<sup>12</sup> ROMERO, S. op. cit., p. 152.

<sup>13</sup> TERRA, R. B. L. **Memórias de lutas: a literatura de folhetos no Nordeste (1893-1930)**. São Paulo: Global, 1983. (Coleção Teses, nº 13).

<sup>14</sup> TERRA, R. B. L. **A literatura de folhetos nos Fundos Villa-Lobos**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1981.

<sup>15</sup> ORTIZ, R. **Românticos e folcloristas**. São Paulo: Olho d'Água, s.d, p. 40.

<sup>16</sup> CASCUDO, C. **Vaqueiros e cantadores**. Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: USP, 1984b, p. 21.

<sup>17</sup> CASCUDO, C. **Cinco Livros do Povo**. 2. ed. João Pessoa: Editora Universitária/UFPB, 1979, p. 34.

<sup>18</sup> VILHENA, L. R. **Projeto e missão: o movimento folclórico brasileiro (1947-1964)**. Rio de Janeiro: Funarte: Fundação Getúlio Vargas, 1997.

<sup>19</sup> OLIVEIRA, C. J. D. de. **A formação da literatura de cordel brasileira**. 380f. Tese (Doutorado em Teoria da Literatura e Literatura Comparada). Santiago de Compostela, Espanha, 2012.

<sup>20</sup> FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA. **Literatura popular em verso: antologia**. Tomo I. 2. ed. Rio de Janeiro: Casa de Rui Barbosa Belo Horizonte: Itatiaia; São Paulo: Universidade de São Paulo, 1986.

<sup>21</sup> A Fundação Casa de Rui Barbosa, no Rio de Janeiro, possui uma coleção de aproximadamente 9.000 folhetos de cordel, dentre os quais estão edições raras, impressas nas primeiras décadas do século XX, com destaque para a produção do poeta Leandro Gomes de Barros. Possui, além dos folhetos, textos de jornais, manuscritos, ofícios, requerimentos e documentação epistolar. Disponibiliza parte do seu acervo para consulta no site da instituição. É referência no campo da pesquisa sobre o cordel, realizando diversas publicações indispensáveis para os pesquisadores do tema.

<sup>22</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de. op. cit., p. 65.

<sup>23</sup> Neste sentido é necessário sublinhar a atuação de Raymond Cantel (1914-1986), professor de literatura portuguesa na Universidade de Poitiers que seu início, ainda no final da década de 1950, a uma coleção particular de folhetos de cordel. A partir de então diversas viagens foram realizadas ao Brasil por Raymond Cantel, não só para participar de eventos acadêmicos, como para visitar poetas em diversas

---

localidades. A atuação deste pesquisador merece atenção uma vez que suas publicações trouxeram inflexões nos conceitos atribuídos aos folhetos, definidos por Cantel como pertencentes ao gênero da literatura de cordel portuguesa. Além da contribuição conceitual, as pesquisas de Raymond Cantel no Brasil se estenderam por décadas e seu arquivo pessoal foi adquirido pela Universidade de Poitiers, através do Centre de Recherches Latino-Americaines e desde 2002 integram o Acervo Raymond Cantel, composto por aproximadamente 4.000 documentos entre folhetos de cordel e correspondências do pesquisador com intelectuais e poetas brasileiros.

<sup>24</sup> ALBUQUERQUE JUNIOR, D. M. de op. cit., p. 63.

<sup>25</sup> GULLAR, F. Cultura posta em questão. **Arte em revista**. Ano 2, número 3, São Paulo, 1980, pp. 83-87.

<sup>26</sup> Atualmente o arquivo do IEB possui uma das coleções de folhetos mais importantes do país e, em acordo de cooperação com o Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) como parte das ações de salvaguarda da literatura de cordel, criou o site Portal de Literatura de Cordel no seguinte endereço eletrônico: <http://www.portaldocordel.ieb.usp.br/>.

<sup>27</sup> TERRA, R. B. L. **A literatura de folhetos nos Fundos Villa-Lobos**. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros/USP, 1981.

<sup>28</sup> A dissertação foi publicada cinco anos após a apresentação com uma pequena alteração no título em relação ao exemplar original. TERRA, R. B. L. **Memórias de lutas: literatura de folhetos do Nordeste**. São Paulo: Global, 1983. (Coleção Teses, nº 13).

<sup>29</sup> TERRA, R. B. L. op. cit., p. 17.

<sup>30</sup> ARANTES, A. A. **O trabalho e a fala: estudo antropológico sobre os folhetos de cordel**. Campinas: Editora Kairós, 1982.

<sup>31</sup> ARANTES, A. A. op. cit., p. 7.

<sup>32</sup> Ibid., p. 9.

<sup>33</sup> ALMEIDA, M. W. B. de. **Folhetos: a literatura de cordel no Nordeste brasileiro**. 1979. 362f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais). Universidade de São Paulo, São Paulo, 1979.

<sup>34</sup> CORTEZ, M. F. O fim da gravura popular nordestina. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24.07.1965; NETO, J. Romanceiro está em crise. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 24.05.1967; A agonia da poesia popular. **O Globo**, Rio de Janeiro, 25.04.1969; Cordel na cidade, morrendo. **Jornal da Tarde**, São Paulo, 24.04.1970; DIAS, F. A poesia popular morreu? **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27.09.1971; Cordel canta, em prosa, a pior de suas crises. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 11.10.1972; A poesia popular na crise do papel. **O Globo**, Rio de Janeiro, 02.12.1973. No livro **Arcanos do Verso** apresento uma análise mais aprofundada da crise na produção de folhetos nas décadas de sessenta e setenta. MELO, R. A. de. **Arcanos do verso: trajetórias da literatura de cordel**. Rio de Janeiro: 7Letras, 2010.

---

<sup>35</sup> O artigo em questão foi redigido por Orígenes Lessa para a *Revista Anbemi* e posteriormente inserido pelo autor como um capítulo do livro LESSA, O. **Getúlio Vargas na literatura de cordel**. São Paulo: Moderna, 1982.

<sup>36</sup> VILHENA, L. R. da P. Os intelectuais regionais: os estudos de folclore e o campo das Ciências Sociais nos anos 50. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 11, n. 32, pp. 125-150, 1996.

<sup>37</sup> FERNANDES, F. **O folclore em questão**. 2a edição. São Paulo, Hucitec, 1989. [2ª Ed.].

<sup>38</sup> ABREU, M. A. **Cordel português/folhetos nordestinos: confrontos um estudo histórico comparativo**. 1993. 373f. Tese (Doutorado em Teoria Literária). Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1993.